

Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias

Começa por contestar-se o uso abusivo do termo *desenvolvimento* quando se está pensando em *crescimento*, apenas; e enunciam-se falácias, dilemas e heresias associadas ao conceito e à prática (política) do desenvolvimento. Contesta-se que os níveis de desenvolvimento continuem a ser aferidos fundamentalmente pelos níveis de rendimento; e, em todas as circunstâncias, até porque as perspectivas de crescimento são bastante pobres, advoga-se que o modelo de desenvolvimento passe a assentar mais na *repartição*, isto é, na distribuição da riqueza, como objectivo que promova a dignificação das pessoas: não é legítimo continuar a fazer esperar os mais pobres até que sejamos todos mais ricos.

1. Ainda e sempre: conceitos

Aprendi eu, na minha iniciação à Economia, que não há fenómenos económicos, mas tão só aspectos económicos no fenómeno social; e que toda a pretensão de objectividade que leve a destacar os aspectos económicos da vida humana do seu contexto político e social distorce os problemas que tem de discutir em vez de os tornar mais claros (Robinson, 1979: 3).

Aprendi ainda, do mesmo modo, que há a Economia da Produção, a Economia da Circulação, a Economia do Consumo e também a Economia da Repartição, sendo nesta que os aspectos económicos surgem mais profunda e intrinsecamente associados a outros aspectos do fenómeno social. A Economia da Produção, a preocupar-se especialmente com os factores produtivos e a sua utilização, com a organização do sistema produtivo, com a produção e o seu crescimento. A Economia da Circulação, a preocupar-se com o percurso da produção ao consumo, a evidenciar as concepções de *valor*, as trocas e as relações de troca - os *preços* -, os meios de troca e, neles, a emergência da *moeda* e do

crédito; hoje também os valores mobiliários, as bolsas e a especulação associada a essas actividades. A Economia do Consumo, a preocupar-se com os meios disponíveis nos orçamentos familiares e com a satisfação das necessidades que a publicidade, a imitação e a moda - mitos modernos que exploram "a fome insaciável do supérfluo" - procuram fazer convencer-nos que nunca estarão satisfeitas, como se o *consumo* fosse fim em si mesmo¹. Economia do Consumo, em que as formas comerciais mais elementares do nosso tempo - lojas de comércio misto e do comércio "de bairro", unidades de reforço das relações de vizinhança - foram aos poucos sacrificadas para se chegar a umas outras lojas de comércio misto que são os já incaracterísticos hipermercados, despersonalizados, e para se chegar à *internet*, forma quase abstracta de relacionamento. De permeio foi perdendo atenções a Economia da Repartição, verdadeiro estabilizador social, a lembrar quanto é importante a partilha equilibrada do *produto* da actividade económica, a todas as escalas, mundial, dos países, das regiões, mesmo das empresas; a lembrar quanto é importante atentar nas relações entre rendimentos e preços, quanto é fundamental fazer o balanço "receitas-despesas" em síntese orçamental onde as receitas não-de alimentar-se significativamente de impostos; impostos que não têm para desempenhar apenas a função de arrecadação de receitas mas devem desempenhar também uma função social determinante de algum maior equilíbrio na repartição; e porque não deveria perder-se de vista as pessoas, a Economia da Repartição haveria também que preocupar-se com a participação no processo social, do qual ninguém deveria ser excluído, o que nos conduzia a encarar seriamente as questões do *emprego* e do seu antónimo, o desemprego. Era pela mão da Economia da Repartição, em suma, que nos habituávamos a fazer as primeiras abordagens do *desenvolvimento*.

Aprendia eu, então, quão profundamente diferente do conceito de desenvolvimento é o conceito de *crescimento*; como o crescimento é meramente *instrumental* e só o desenvolvimento é *fim*; e como tudo isso é verdade em tudo, não só na Economia e nas Ciências Sociais, em tudo. Foi Sedas Nunes, o saudoso

¹ Dizia Miguel Torga, a propósito do encanto das tecnologias: "mito moderno da produção incessante, que começou por acudir à fome saciável do necessário para não satisfazer a fome insaciável do supérfluo. Não parece evidente que a parte mais profunda de cada um de nós necessite dos mil confortos de que a cercaram e dispense a meia dúzia de valores permanentes de que foi espoliada." (Torga, 1995: 683).

A publicidade, tirando designadamente partido da imitação e da "moda", procura exactamente criar a fome insaciável do supérfluo. É a *produção* a procurar justificação num *consumo* tornado fim em si mesmo.

professor Adérito Sedas Nunes, quem muito singelamente, mas também muito convincentemente, nos alertou para as diferenças de significado dos dois termos, até na linguagem comum, perguntando-nos se alguém confundia o desenvolvimento da criança com o seu simples crescimento; levando-nos a assentar conscientemente a ideia de que o crescimento pode ser condição necessária de desenvolvimento, mas não é sua condição suficiente; fazendo-nos atentar em que, se alguma vez o crescimento for *objectivo*, é hierarquicamente inferior ao desenvolvimento; será, eventualmente, *objectivo instrumental* dele. E, no entanto, a pretexto da procura de objectividade e do pragmatismo, há muito quem seja levado a confundi-los, deliberadamente ou não.

Da visão do desenvolvimento deixou escrito Sedas Nunes, já em 1964, que era preciso

baixar do globalismo nivelador às realidades regionais e locais; ampliar o âmbito das análises, para além dos limites estreitos de um ponto de vista parcial; fazer convergir, no estudo dos factos e na determinação dos problemas, diferentes ópticas de investigação; aceitar a "revelação" das situações e condições perigosas ou incómodas; procurar mesmo, decididamente, essa revelação e querer que ela se torne debate esclarecedor e candente - eis alguns dos traços fundamentais da atitude que, fora de quaisquer considerações de optimismo ou derrotismo, parece indispensável assumir. Talvez dela se diga que não é menos ideológica do que as outras. Mas não haverá mal em que o seja, se é de uma visão clara, corajosa e franca dos factos que se quer partir, e se é a uma dignificação progressiva da vida humana, em cada homem e em todo ele, que se quer chegar. (Nunes, 1964: 462)

Uma visão clara, corajosa e franca, dos factos!

Uma dignificação progressiva da condição humana!

Na *coisa* social há necessidades a satisfazer, umas certamente mais básicas do que outras, e os níveis de satisfação são indicadores dos níveis de desenvolvimento; mas há igualmente *justiça* e *equilíbrio social* a perseguir, num quadro em que a *liberdade*, mais do que *objectivo*, é "constrangimento" absoluto ("constraint", na linguagem técnica anglo-saxónica), e em que a *auto-estima* se assume como valor.

Sempre me atraiu o conceito como Michael Todaro o tem apresentado (Todaro, 1977): o *desenvolvimento* é um processo multidimensional, envolvendo a reorganização e a reorientação dos sistemas económicos e sociais. Todas as teorias do desenvolvimento (ou do subdesenvolvimento) rejeitam a ênfase exclusiva na aceleração do crescimento do produto como indicador de

desenvolvimento. Em vez disso, há que sublinhar a necessidade de reformas institucionais e estruturais de modo a caminhar-se para a erradicação da pobreza absoluta, há que proporcionar generalizadamente oportunidades de emprego, há que reduzir as desigualdades na distribuição do rendimento e elevar em geral o nível de vida, onde a saúde, a educação, o próprio enriquecimento cultural têm de ter lugar, decisiva e insofismavelmente.

Dudley Seers foi verdadeiramente peremptório. As perguntas a formular acerca do desenvolvimento de um país, de uma região, são simplesmente estas: *o que é que vem acontecendo com a pobreza? Com o desemprego? Com as desigualdades?* Se os três se têm reduzido (a pobreza, o desemprego, as desigualdades), não pode duvidar-se de que houve desenvolvimento no país ou região em questão. Se um ou dois destes problemas centrais se têm agravado, especialmente se se agravaram os três, seria no mínimo estranho falar de desenvolvimento, ainda que o crescimento tivesse feito duplicar a capitação do rendimento (Seers, 1969).

De facto, desenvolvimento representa muito mais do que crescimento da economia e, até, muito mais do que podem representar as medidas quantitativas do rendimento, do emprego e das desigualdades. De resto, o desenvolvimento não pode exprimir-se simplesmente por medidas meramente estatísticas, como as médias, cuja representatividade nem sempre é sequer avaliada², sobre os níveis de rendimento, as características da habitação, a mortalidade prematura ou o desemprego. É que, para além disso, há um conjunto de valores centrais a apreciar: à sustentação da vida juntam-se a *liberdade* e a *auto-estima*.

E, adicionalmente, há que considerar as relações de dependência em termos sociais e humanos, em termos territoriais também. Se em vez de liberdade há servidão, não é mais desenvolvido o "senhor" do que o "servo", pois que a *abastança* do primeiro fica a dever-se à *exploração* do outro. Em termos territoriais, se Lisboa é referida como a região mais desenvolvida do país, porque são nela mais elevados os níveis médios de poder de compra, e se esses níveis mais elevados ficam a dever-se a relações de interdependência desiguais em seu favor (em favor de Lisboa), isto é, se o seu progresso acontece à custa de outras regiões,

² A representatividade das médias é questão central na formação mais básica em Estatística Descritiva. De resto, como lembrava Joan Robinson, do ponto de vista do bem-estar, a informação acerca do rendimento *médio* não tem qualquer significado, a menos que se conheça como está distribuído o poder de compra (Robinson, 1979: 5).

então será no mínimo questionável chamar desenvolvida à região de Lisboa (Lopes, 1976).

No entanto, porque, embora sendo possível, não é fácil aferir a justiça social (as estatísticas da repartição do rendimento são muito insuficientes) e, sobretudo, porque quantificar "valores" como a liberdade e a auto-estima seria manifestamente difícil e controverso, apoda-se de "poético" ou "romântico", depreciativamente, o conceito de desenvolvimento, e insiste-se na pretensa objectividade do que é quantificável para ignorar ou, pelo menos, menosprezar o que o não seja.

Não sendo embora um entusiasta, muito menos um obstinado da quantificação, entendo que, se o *desenvolvimento* é desconsiderado por ser difícil quantificá-lo, não há senão que passar a tentar a quantificação, para arredar desculpas e pretextos. E pode de facto dar-se-lhe expressão quantitativa.

Por isso me têm encontrado a falar do desenvolvimento como *acesso* das pessoas, *onde estão*, aos bens e serviços que satisfaçam as necessidades, pelo menos as necessidades básicas; e *acesso*, ainda, às *oportunidades* de realização da pessoa humana.

Com efeito, ninguém tem tido coragem para negar no discurso que o desenvolvimento é para as pessoas; e que é para as pessoas "onde estão", porque não é legítimo que sejam sempre e só as pessoas a deslocarem-se para procurar o desenvolvimento que lhes não chega. Daí a sua tradução por "acesso", que tem de considerar-se na dimensão financeira (acesso económico-financeiro) e na dimensão física (distância a percorrer para chegar aos equipamentos que disponibilizam os bens ou serviços).

Obviamente, o acesso é mensurável em termos financeiros: é a capacidade de aquisição de bens e serviços para satisfazer as necessidades. Também o é em termos físicos, acessibilidade de consideração indispensável porque algumas vezes até existirá capacidade financeira, mas não há os bens ou serviços necessários em proximidade razoável.

Atente-se, contudo, que não está em causa o acesso a bens e serviços apenas. Está em causa também o acesso às "oportunidades" mais fundamentais, com destaque para o *emprego*. Ninguém deve ser excluído de participar no processo social do desenvolvimento, exclusão que nunca será compensada por contrapartidas, designadamente as expressas por subsídios. O "subsídio" é

deprimente para a auto-estima e, quando acontece a perda de sensibilidade relativamente ao aviltamento que provoca, entra-se numa das situações extremas da perda de auto-estima. Tem de ver-se o desemprego, a exclusão de participar plenamente na "construção social", como das degradações maiores a que o ser humano pode ser submetido.

Se o desemprego traz consigo outros efeitos sérios sobre a vida das pessoas, causando privações de outra natureza, então as ajudas através do apoio ao rendimento têm um alcance limitado. Há abundantes provas de que o desemprego tem efeitos que vão muito além da perda de rendimentos, desde as afecções psicológicas à desmotivação para o trabalho [...], a perturbações nas relações familiares e na vida social, ao agravamento da exclusão social, ao acentuar de tensões raciais e de assimetrias entre os dois sexos. (Sen, 1999: 94)

E pense-se nos jovens, no seu entusiasmo, na sua vontade, na sua força, na sua capacidade de realização... também na sua frustração. Mas há passos importantes já dados.

A atribuição do Nobel a Amartya Sen veio dar efectiva dignidade ao conceito de desenvolvimento que este autor coloca liminarmente ao nível da *liberdade*, com carga moral e ética dominante; sendo certo que os tempos têm levado precisamente a algum esquecimento dos pressupostos morais e éticos, expressos e enfatizados no entanto desde sempre, nem só desde Adam Smith.

O desenvolvimento, diz Amartya Sen, pode ser visto como o processo de alargamento e aprofundamento das liberdades reais e substantivas das pessoas; e, visto desta forma, a atenção passa a ter de se dirigir para os *fins* que tornam o desenvolvimento importante, em vez de simplesmente se dirigir para os *meios*, alguns meios, que, entre outros, desempenham papel relevante no processo (Sen, 1999: 1-11).

O desenvolvimento impõe o afastamento das principais causas da falta de liberdade: pobreza, tirania, oportunidades económicas escassas e privações sociais sistemáticas, negligência em relação à oferta de equipamentos públicos, tal como intolerância nos Estados repressivos. A falta de liberdade económica, sob a forma de pobreza extrema, pode tornar uma pessoa presa fácil da violação de outras formas de liberdade. Ela pode fomentar a falta de liberdade social, tal como a falta de liberdade social e política pode acentuar a falta de liberdade económica, como

Adam Smith defendeu. O exercício da liberdade é mediado por "valores" e os valores são por seu turno influenciados pela discussão pública e pelas interações sociais. Daí que a liberdade de participação - a *participação, tout court* - tenha também de ser considerada valor do desenvolvimento.

As liberdades são, a um tempo, fins do desenvolvimento e instrumentos, ou meios, desse mesmo desenvolvimento.

Os economistas têm sido frequentemente criticados por darem mais atenção à eficiência do que à equidade; mas as desigualdades sempre lhes mereceram atenção, ao longo da já extensa história da disciplina. Adam Smith, por exemplo, revelou-se profundamente preocupado com o fosso de separação entre ricos e pobres³; e alguns outros cientistas sociais e filósofos responsáveis por trazerem as desigualdades para a ribalta das preocupações (Marx, Stuart Mill, Rowntree, Hugh Dalton, para referir tradições gerais significativamente diferentes) foram, no tocante a estas matérias, economistas dedicados. Em tempos mais recentes, de resto, a área da Economia das Desigualdades vem cativando igualmente as atenções.

Não parece, assim, legítimo que, como grupo, os economistas sejam acusados de menosprezar as *desigualdades*. Talvez seja já legítimo acusá-los de se terem preocupado principalmente com o campo mais restrito das desigualdades de rendimento, visto que o problema das desigualdades se amplia enormemente quando passamos do rendimento à distribuição das liberdades substantivas e das capacidades (Sen, 1999: 119).

Em termos mais gerais, no entanto, também não parece que devamos em absoluto descrever do sentido de responsabilidade social do ser humano, que importa no entanto proteger e estimular. Não se dirá que as pessoas invoquem a todo o momento as suas ideias e princípios de justiça, ou utilizem os seus poderes de percepção da sensibilidade social todas as vezes que exercem ou procuram exercer as suas liberdades; mas há normalmente um sentido de justiça entre as preocupações que podem mover as pessoas e que muitas vezes as movem. Os valores sociais podem desempenhar, e têm desempenhado, um papel importante no sucesso das várias formas de organização social, desde as tentativas de

³ Adam Smith era profundamente céptico acerca da moral dos ricos. Muitos proprietários ricos, admitia ele na sua *Teoria dos sentimentos morais*, perseguem, no seu egoísmo natural e ambição extrema, os seus insaciáveis desejos; e, no entanto, seria possível, em muitas circunstâncias, tirar

regulação do mercado, à democracia política, aos direitos humanos mais elementares, ao provimento dos bens públicos básicos, até às organizações de protesto e acção pública. Alguma descrença nas capacidades e sentimentos humanos é exagerada; mas é sempre conveniente algum estímulo "cautelar" para a assunção da responsabilidade social. O egoísmo e a competição campeiam, e deixá-los entregues a si mesmos é demasiado arriscado; o altruísmo e a solidariedade, que vale a pena incentivar, têm de ser inequivocamente protegidos e valorizados.

Do que não há dúvida, é que o sucesso do próprio processo económico depende também da liberdade de escolha. Amartya Sen lembra o argumento de Friedrich Hayek de que considerações de natureza económica são apenas aquelas pelas quais podemos reconciliar e ajustar os nossos vários e diferentes propósitos; mas desses propósitos, normalmente, nenhum em última instância é estritamente económico, a não ser, como dizia Hayek, a *miséria humana* que poderá consistir em "fazer dinheiro" como fim em si mesmo (Hayek, 1960: 35).

A liberdade de escolha, como critério de desenvolvimento, foi de resto defendida por muitos economistas. Peter Bauer, por exemplo, adverte que considera a extensão do âmbito da escolha, isto é, o aumento do leque de alternativas efectivas para as pessoas, como principal objectivo e critério do desenvolvimento económico (Bauer, 1957: 113-114); a formação de valores, lembra Amartya Sen, e a emergência e evolução da ética social, são também parte do processo de desenvolvimento, a exigirem atenção, ao lado do funcionamento do mercado e de outras instituições, designadamente as que o regulam (Sen, 1999: 297).

O menosprezo das questões da ética veio grandemente comandado pelo peso crescente da valorização do poder aquisitivo, que estádios civilizacionais contemporâneos têm acentuado em lugar de conter ou reduzir, e veio ainda comandado por alguma insensibilidade aos desequilíbrios sociais e regionais, isto é, à justiça social. Em consequência, surgem a insegurança e o conflito que se nutrem e lavram em assimetrias escandalosas, assimetrias que atestam sensibilidade embotada; havendo franca tendência para, em vez do ataque às causas, preferir pagar o preço da insegurança gerada - seja com o reforço da "lei e

partido da complementaridade das acções dos diferentes indivíduos em benefício próprio e de todos (Sen, 1999: 255).

da ordem" (assim chamadas) que pode deslizar para o autoritarismo, seja na imagem "agressiva" dos muros e gradeamentos, dos sistemas de alarme, da segurança privada deliberadamente ostensiva, dos condomínios fechados; em meio urbano mas não só.

E tudo isto leva a reflectir, de outra forma, sobre *contradições e dilemas*, outros que não os de Janos Kornai na sua conhecida obra (Kornai, 1985); e também sobre *heresias*, outras que não as convocadas por Joan Robinson (Robinson, 1972); denunciando pelo caminho umas quantas *falácias*.

2. Falácias

Falácia das maiores é a tendência já referenciada para identificar desenvolvimento com crescimento. O crescimento, já se disse, é apenas *instrumental* do desenvolvimento, como a própria riqueza o é, pelo menos desde Aristóteles: "a riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos; porque ela é apenas útil e há-de servir para conseguir alguma outra coisa" (Sen, 1999: 289). É verdade que, em muitas situações, há efectiva necessidade de aumentar a produção, de *crescer*; mas não é qualquer crescimento, nem o crescimento em qualquer parte, ou a qualquer preço, que gera desenvolvimento.

Joan Robinson encontrou no *crescimento* um exemplo da tendência da Economia para se isolar da realidade política e social, assim distorcendo os problemas:

Um exemplo marcante desta tendência na discussão do chamado desenvolvimento é o hábito da concentração no conceito de Produto Nacional Bruto, que é uma medida do fluxo da produção, num país específico, de bens e serviços físicos transaccionáveis, calculados a preços de mercado. [...] Que significado tem o cálculo da grandeza do fluxo da produção física sem ter em conta as suas condições de produção ou a distribuição entre as pessoas envolvidas? O problema da distribuição do rendimento e da riqueza entre as famílias de uma nação situa-se no cerne da confusão moral que está na base das doutrinas ocidentais modernas. (Robinson, 1979: 3)

Em si mesmo, o crescimento é *amoral*. Manuela Silva chamou-lhe "medida equívoca de desenvolvimento".

Pense-se, por exemplo, que tanto a produção de armas como a de bens de alimentação ou vestuário contam identicamente no cálculo daquele indicador. Tão pouco é possível

distinguir entre a produção dos bens que se destinam à satisfação imediata das necessidades dos consumidores e a daqueles outros que entram de novo no circuito produtivo e vão servir, a médio ou longo prazo, de multiplicador de riqueza. Mesmo entre os bens de consumo, nenhuma distinção é feita entre os bens que vêm ao encontro de necessidades fundamentais e os que se dirigem antes à satisfação de necessidades consideradas supérfluas ou sumptuárias. (Silva, 1969: 476)

As guerras, alimentando e estimulando a produção de armamentos, e os efeitos indirectos e induzidos que daí advêm, geram naturalmente crescimento. Os acidentes nas estradas, promovendo a compra e a produção de novos carros, promovendo os trabalhos das oficinas de reparação, o aumento da procura de serviços hospitalares e de medicamentos, promovendo mesmo o aumento da procura de serviços funerários, não deixam de operar sobre o crescimento da produção. E pode ser adicionalmente amoral, porque o crescimento tem tendência a ser mais acentuado em terreno de desigualdades. De resto, como ficou expresso em relatório das Nações Unidas,

o crescimento, onde ocorreu, raramente conseguiu resolver seriamente os problemas sociais urgentes e demasiadas vezes passou ao lado da massa da população nos países em desenvolvimento. Fazendo aumentar as disparidades económicas e não contribuindo para aliviar problemas como os do desemprego, má nutrição, doença e más condições de trabalho, o crescimento económico tem servido, não raramente, para agravar problemas e tensões sociais. (Robinson, 1979: 7)

O crescimento, em si mesmo, é amoral!

Falácia, ainda, é a que desbragadamente se apoia na verdade de La Palice de que só se pode distribuir o que se produz, no sentido de que é preciso produzir *antes* para se distribuir *depois*, insinuando-se assim que os mais carenciados devam esperar até sermos mais ricos; quando a imagem mais básica e elementar da justiça social impõe que comece por distribuir-se bem o que já se produz, ... porque já se produz!

Falácia, também, o arvorar sem reservas da concorrência e da competitividade em "valores" do nosso tempo pelo dinamismo que introduzem nos processos, como se a capacidade competitiva estivesse equilibradamente distribuída; sem querer atentar em que essa mesma competitividade, quando não condicionada ou regulada, nos faria recuar para as "leis da selva" em que só o mais

forte sobrevive. E falácia, do mesmo modo, a que leva a procurar fazer esquecer que a *concorrência* "significava" também (ainda significará?) o acto praticado quando vários se orientam na mesma direcção, "dando o seu concurso", cooperando para o mesmo fim (significava correr *com alguém mais*, correr *ao lado de*); perante o sentido bem oposto de correr *contra*, de *ser rival*, que é o dominante na actualidade.

E um *dilema* aí vem: o do peso que devem assumir, como valores, a concorrência e a cooperação; a concorrência e a solidariedade.

3. Dilemas

Os dilemas são, efectivamente, muitos e variados, impondo reflexão crítica e tomadas de posição sem ambiguidades. Relembre-se Sedas Nunes.

Sendo inquestionável que o crescimento é *instrumental* do desenvolvimento, a verdade é que é muito mais constante e explícita a preocupação com o crescimento do que com o desenvolvimento - como se este pudesse acontecer simplesmente em resultado do crescimento, "por acréscimo". É Nicholas Stern quem também o afirma:

Uma ênfase maior noutros objectivos que não o crescimento trouxe um debate vivo sobre a relação entre estratégias de crescimento do rendimento agregado e estratégias para alcançar esses objectivos mais amplos. [...] O reconhecimento de que o âmbito dos objectivos vai muito para além do rendimento agregado suscita a questão de saber se as estratégias de elevação desse rendimento seriam compatíveis com a obtenção de outros objectivos. Seria injusto para os estudiosos mais antigos do desenvolvimento afirmar que a sua insistência no rendimento estava associada a uma completa ignorância ou a falta de sensibilidade relativamente aos problemas da pobreza, das desigualdades, da saúde e da educação. Tal como J. Bhagwati sublinhou, a sua concentração no rendimento baseava-se em parte na ideia de que um rendimento mais elevado traria consigo menos pobreza e melhor saúde e educação. Esta via indirecta contrasta com a via directa das transferências e apoios [...]. A consciencialização crescente da distribuição negativa, além de outras consequências derivadas de algumas experiências de crescimento, conduziu a advogar mais firmemente as vias directas, em particular a das chamadas 'necessidades básicas'. (Stern, 1989: 644)

Com efeito, o desenvolvimento arvorado em *fim*, como não pode deixar de ser, condiciona o crescimento de várias formas, porque pode impor prioridades -

por exemplo em termos territoriais -, porque pode mesmo condicioná-lo, em termos de ver garantida a *sustentabilidade*.

Vem-se defendendo que, sendo o desenvolvimento para as *peessoas* (e não tem havido coragem de contestar a asserção), e para as *peessoas onde estão*, não há desenvolvimento que não seja desenvolvimento regional; portanto, o crescimento deve ser prioritariamente estimulado nas regiões mais carenciadas, ainda que só isso não garanta a convergência territorial⁴. Tem-se defendido, ainda, que não é legítimo legar aos vindouros um património de oportunidades mais pobre do que o nosso, o que, entre outros aspectos, implica que não fique legitimada a existência de processos de crescimento que consumam *recursos não renováveis*, verdadeiros recursos de capital, nem mesmo recursos renováveis, se o ritmo de delapidação for mais rápido do que o da sua regeneração. Por isso parece supérflua a adjectivação do desenvolvimento como *sustentável*; porque se ele não for sustentável, não é desenvolvimento.

Disse-se, atrás, que não é desenvolvido o "senhor" que constrói a sua riqueza explorando o "servo"; como não o é a região cuja maior riqueza resulta da exploração de outras regiões, através de relações de interdependência desiguais. Também não pode considerar-se desenvolvida a sociedade que cria os seus próprios níveis de riqueza "explorando" as gerações futuras, deixando-lhes uma herança mais pobre do que a recebida, a elas que nem sequer vão poder aceitá-la "a benefício de inventário", elas que não estão presentes para ao menos se indignarem em tempo útil.

Mas há outros condicionamentos que resultam da conflitualidade possível entre crescimento da produção e redução das desigualdades; porque o crescimento, tomado como objectivo em si mesmo, isto é, deixado entregue a si mesmo, não condicionado por exigências de carácter territorial, de sustentabilidade, ou simplesmente por exigências morais - o *crescimento desigual* - pode conseguir no curto prazo ritmos mais elevados. Simplesmente, nem só nem particularmente o curto prazo deve ser tido em conta. As desigualdades acabam

⁴ Com efeito, raramente é bastante a discriminação positiva em favor do investimento. Sendo as relações de interdependência regional muito desequilibradas, é extremamente elevada a probabilidade de serem as regiões "mais avançadas", a seu tempo, as maiores beneficiárias do esforço de investimento nas outras. Por isso, a par do estímulo de crescimento das regiões mais pobres impõe-se a alteração das relações de interdependência; porque, é bem sabido e não é de hoje, se as relações de dependência permanecerem pode fazer-se alguma coisa mas acabará ficando tudo na mesma (lembre-se de Lampedusa a expressão: é preciso fazer alguma coisa para que tudo permaneça) (Lopes, 1976).

por prejudicar o próprio crescimento. Como Torsten Persson e Guido Tabellini lembraram e verificaram, o crescimento económico é determinado em grande parte pela acumulação de capital, capital humano e conhecimento usados no processo produtivo. Ora, os incentivos para uma tal acumulação dependem da capacidade de apropriação individual dos frutos resultantes, que por sua vez depende das políticas fiscais e de outras políticas de regulação adoptadas. Numa sociedade com conflitos distributivos importantes, é provável que as decisões políticas tenham mesmo de intervir sobre a apropriação individual, reduzindo-a ou condicionando-a, *donde*, menor acumulação e menor crescimento. Alguns dados empíricos demonstram, de resto, a existência de uma forte relação negativa entre desigualdade na distribuição do rendimento no começo de um período e crescimento nos períodos subsequentes (Persson e Tabellini, 1994: 600-601).

O dilema aí está, não sendo por acaso que surge a falácia já referida, apoiada na ideia de que não se pode repartir o que não se produz, de que vale a pena que alguns esperem um pouco mais até que todos sejamos mais ricos. Aposta no crescimento como instrumento do desenvolvimento ou aposta no crescimento desigual esperando que, "por acréscimo", como já se disse, aconteça desenvolvimento? E a gravidade da questão aumenta, porque não se convida ninguém a reflectir sobre o dilema, a tomar posição sobre ele e a assumi-lo. Ao menos que a opção sobre o crescimento desigual fosse tomada abertamente, explicitadamente, procurando pôr em prática as "medidas compensatórias" possíveis em favor dos mais afectados por ela, os tais que hão-de ficar à espera que outros enriqueçam mais. É a política da ausência de política a produzir os seus efeitos (Lopes, 1983).

Tem vindo a assistir-se há decénios, e tem-se denunciado, o depauperamento progressivo de certas regiões do país, bastante bem identificadas, porque o desenvolvimento não lhes chega e as populações emigram à sua procura, do que resulta um processo cumulativo de desequilíbrio. A matéria tem sido bem estudada, mas, apesar da denúncia, pouco se tem feito, e nem sequer adequadamente, para sustentar o processo e, se possível, *revertê-lo*.

Uma consequência está à vista. A emigração, reduzindo a população nas idades activas, reduziu a natalidade. Quando *idealmente* se podia defender que onde há uma criança deva haver uma escola, quando se tem consciência que o acesso à educação é das medidas de investimento mais reprodutivas no processo

de desenvolvimento, adoptam-se, como estarão para adoptar-se hoje, medidas de racionalidade económica para fechar escolas que tenham poucos alunos, numa atitude que nada tem de *social*. Terá alguma coisa de pedagógico?

A ausência de política de desenvolvimento não deixou que se analisasse sequer o dilema da perspectiva dominante: económica? social? As carências financeiras ditaram claramente as escolhas, as crianças e as famílias vão ser provavelmente submetidas a sacrifícios adicionais por muito que se invoque a intenção de melhorar a qualidade do ensino e de criar condições, designadamente de transportes, que não afectem decisivamente a acessibilidade; tudo isto num país em que os níveis de escolaridade são problema maior. Mantendo-se a *ausência de política* de desenvolvimento (desenvolvimento regional) vai acontecer um novo golpe, porventura o último, nas possibilidades de recuperação de certas áreas. Assume-se que já não há alternativa. Consumar-se-á o despovoamento e tudo quanto se sabe que daí vai decorrer, em termos de empobrecimento adicional. Deixará de haver dilema.

Mas os dilemas são de natureza bastante mais variada. Por exemplo, e inconcebivelmente, entre competitividade (concorrência) e solidariedade (cooperação). Inconcebivelmente, repete-se, porque devia procurar-se explorar as complementaridades entre elas, já que a competitividade, regulada (e regulada pela solidariedade) pode, ainda pela via da emulação, introduzir de facto maior dinamismo aos processos. Ora a verdade é que, adicionalmente, a solidariedade é praticada por vezes da forma mais elementar e primária, da forma menos construtiva. A nível individual, das pessoas, é o óbolo, a caridade da esmola, que mascara a solidariedade; mesmo a capacidade dos "grandes números" nem sempre é utilizada para "ensinar a pescar", mas tão só para proporcionar "o peixe". E não se vai às causas...

A solidariedade, assim chamada, é praticada, no entanto, de formas efectivamente mais sofisticadas, não sendo sequer discutida a sua validade social.

Está instalado, e é pacífica e acriticamente aceite, o sistema de financiamento de algumas instituições de solidariedade social pela via dos jogos da sorte (ou jogos de azar?), instrumentos de repartição socialmente questionáveis, porque além do mais exploram a assimetria que consiste em recolher de *milhões de indivíduos* um pouco de cada um, para depois entregar uma parte apenas - em termos relativos, uma pequena parte, embora convenha que seja expressivamente

grande para a conveniente publicidade - a *um indivíduo* daqueles milhões que foram "tentados a tentar" a sorte. A parte maior, que não regressa aos jogadores, é destinada a financiar o funcionamento de instituições de solidariedade social, estando por avaliar a proporção dos meios que vão ser efectivamente distribuídos⁵. Ideal, parece ainda, é conseguir que funcione o esquema do *jackpot*, que acumula as quantias a atribuir tornando a maquia final ainda mais apetecida e, portanto, fazendo crescer a procura da sorte (ou do azar?).

É, no entanto, deprimente, é degradante, chega a ser angustiante, assistir num bairro pobre ao espectáculo das "bichas" nas últimas horas de abertura das lojas para subscrição da entrada nos jogos. Não são, muito longe disso, os mais abastados que jogam, que esses até podem ter alguma noção do cálculo das probabilidades não querendo desbaratar meios, ou escolherão outros dias, ou talvez até possam jogar de casa, pela *internet*. São os mais pobres, os mais carenciados, alguns que em atitude de desespero até esmolam para jogar na lotaria; isto é, para procurarem na sorte aquilo que a vida, a sociedade, não lhes dá⁶. E assim se chega a um processo redistributivo *interno* das classes sociais mais deprimidas, processo negativo acentuador, dentro delas, de desigualdades adicionais.

Sobre aqueles dilemas - competitividade vs. solidariedade; concorrência vs. cooperação - alguma atitude reflexiva deveria igualmente acontecer. Porque a sociedade é convidada a olhar para o crescimento e para a captação do rendimento como referenciais privilegiados, se não únicos. Fazem-se contas, fáceis, sobre o número de anos que terão de decorrer até que a captação média do produto consiga atingir a captação média de algum outro país ou grupo de países; mas só excepcionalmente se admite que uma maior igualdade de oportunidades, uma maior liberdade de escolha "à Sen", uma melhor repartição, uma maior justiça social sejam "valores" a alcançar, sejam indicadores de bem-estar social com pelo menos tanta relevância quanta a que é atribuída ao produto e ao seu crescimento; e, no entanto, como é possível encontrar nesses "valores" as bases sólidas duma sociedade mais equilibrada, mais orgulhosa de si própria...

⁵ O Governo acaba de produzir legislação a este respeito.

⁶ "Aqui não há vício, há desespero. [...] Há uma regressão social [...] A crença na sorte está relacionada com a pobreza. Os mais pobres são os mais religiosos na 'fezada' [...] A crer nas estatísticas da Loterie Plus, até agora Portugal foi responsável por 23 % das apostas, mas ganhou só 18% dos prémios. O saldo é negativo portanto, e em mais de 100 milhões de euros. [...] Portugal é, a par da França, o país onde se fazem mais apostas semanais no loto europeu." (Campos, 2006).

Não se considera o autor deste texto entre os mais inclinados a fazer os cálculos antes referidos para especular sobre o número de anos que vai ser preciso que decorram para atingir o nível de "desenvolvimento"⁷ de outros; o cálculo do número de anos durante os quais se seria "subdesenvolvido" em relação a eles.

Os cálculos são simples, e só não se sente qualquer atracção para os fazer porque, precisamente, não se aceita que seja a capitação do produto, isoladamente, o indicador do nível de desenvolvimento; isto é, porque não se aceita ser catalogado de subdesenvolvido, mesmo em termos relativos, só porque o poder de compra é mais baixo.

Ainda assim, conceda-se o gasto de tempo para um exercício masoquista: quantos anos teríamos de esperar até que atingíssemos a capitação média da nossa vizinha Espanha, se conseguíssemos ritmos anuais de crescimento do produto da ordem dos 3% e a Espanha, "esperando por nós", não fosse além de 1% ao ano? Nessas hipóteses, utilizando os dados do Relatório do Banco Mundial de 2005, precisaríamos de cerca de 14 anos, tempo que aumentaria para o dobro se a Espanha "se lembrasse" de crescer a 2% ao ano; e esta última hipótese até pode ser mais realista do que a primeira, visto que, nos anos mais recentes, a taxa de crescimento espanhola tem sido significativamente mais elevada do que a de Portugal o que, a continuar, determinaria que fosse aumentando progressivamente o tempo de recuperação: nunca atingiríamos o nível de "desenvolvimento" da Espanha, aferindo o nível de desenvolvimento pela capitação do produto.

Há de facto outros indicadores que deveríamos ter em conta, sendo um deles o equilíbrio na repartição do rendimento a que me referi antes. A auto-estima de muitos ganharia por certo novo alento se pudesse dizer-se que, não sendo a capitação do poder de compra mais elevada em Portugal, é no entanto mais equilibrada a distribuição do rendimento - o que não é, todavia, seguro que esteja a acontecer, a fazer fé quer nas estatísticas do Banco Mundial quer nas próprias do EUROSTAT. Portugal parece ser, de acordo com os últimos dados estatísticos, o país da União Europeia onde é maior a desigualdade de rendimentos entre os dois grupos de pessoas situados nas extremidades da pirâmide de rendimentos. A relação entre os rendimentos acumulados pelos 20% mais ricos e os rendimentos acumulados pelos 20% mais pobres era de 7,4 em 2003. Para além disso, não se

⁷ Penitenciamo-nos pela irreverência do uso do termo, já que há tantos que querem aferir o desenvolvimento pela capacidade de poder de compra.

consegue melhorar a posição na lista ordenada do "desenvolvimento humano" da ONU; e temos o maior índice europeu de pobreza persistente e uma das maiores percentagens de crianças pobres. As 100 maiores fortunas portuguesas totalizavam, no final de 2005, o equivalente a pouco menos de 18% da riqueza nacional; cerca de 1/3 desses 18%, isto é, mais de 5% pertenciam a dez pessoas apenas.

Não se pode condenar ninguém por criar riqueza, mas pode condenar-se a forma como a cria; não pode, no entanto, deixar de se ter uma noção do nível de desigualdades que os números traduzem. Durante 2005 o mercado de carros ligeiros de passageiros terá crescido 3%; mas, nos segmentos de luxo, chegou a ultrapassar-se os 50%.

Portugal era, de facto, o país mais "desigual" da União Europeia; e, sem políticas públicas que integrem objectivos específicos de combate às desigualdades não veremos por certo a situação significativamente alterada.

A agravar o diagnóstico, uma interrogação pertinente cuja resposta deveria justificar análise e discussão sérias: e quem é que considera hoje mais relevante uma maior igualdade na distribuição dos rendimentos do que um nível médio de riqueza mais elevado? Admito que muitos dos que disponham de cultura social e humana bem alicerçada; *provavelmente* também os mais desfavorecidos, tivessem eles força de voz para se fazerem ouvir, até porque nada indica que esteja para começar a recuperação da nossa economia relativamente à da Espanha, como à da generalidade dos países da União Europeia.

Provavelmente, disse-se, mas não certamente, sem que haja algo de paradoxal nisso. Os níveis culturais e críticos das classes mais desprotegidas são demasiado débeis para facilmente poderem "descodificar" a mensagem repetidamente transmitida de que é preciso produzir mais para distribuir melhor. É, de algum modo, o que acontece também em relação à assunção do princípio da sustentabilidade dos processos de crescimento: a satisfação das necessidades de hoje pode ser de tal modo premente para os estratos mais desfavorecidos que podem eles considerar perfeitamente um "luxo" as preocupações ambientais, quer com o consumo de recursos não renováveis quer com a "camada do ozono", para dar apenas dois exemplos.

E tudo isto nos conduz de facto ainda a outro dilema por encarar, e muito mais por resolver.

As contradições e dilemas são de facto de natureza bastante mais ampla, se enquadrarmos a problemática no processo da globalização (McCartin, 2006: 9). Ainda que sinteticamente, há dilemas e contradições:

- dentro das nações-estados: os governos tendem a reorganizar as economias, cada vez mais, de acordo com as normas e exigências do sistema global, o que pode afectar a atenção das estruturas políticas relativamente aos problemas internos;

- dentro do sistema global: fala-se de liberdade e identidade pessoal num mundo "aberto"; mas a liberdade que existe é para fazer opções entre as que de forma limitada são oferecidas pelo mercado;

- dentro dos princípios condutores do sistema global, que presume a possibilidade de expansão continuada sem ter em conta os limites do planeta; o que parece oferecer-se é o estilo de vida consumidor do "Primeiro Mundo" para todos, embora o planeta não possa suportar tantos biliões de seres humanos vivendo este tipo de vida;

- nas vidas de cada um de nós, individualmente, entre o que nós procuramos como consumidores e o que nós deveríamos rejeitar, como produtores, porque a produção não é de facto determinada pelas nossas necessidades como consumidores; a ânsia de crescimento leva a promover o aumento da produção a todo o custo criando, simultaneamente ou depois, as necessidades de consumo. Confia-se em que a oferta crie a sua própria procura (lei velha que de facto subsiste) quando esta não se manifeste ou se manifeste de forma insuficiente; a sustentabilidade e a solidariedade são, na melhor das hipóteses, menosprezadas; e, no entanto, observação atribuída a Ghandi, "há o suficiente para as necessidades de cada um, mas não há o suficiente para a ganância de cada um"⁸; e a tragédia dos nossos tempos é que nós somos dominados cada vez mais não pelas necessidades mas pela "ganância", como ambição desmedida (FWR, 2006: 3-5).

Preocupante em extremo é ter de concluir-se que um país que procure a riqueza o faça à custa de uma competição crescente que poderá forçar outros países a manterem-se em níveis de pobreza que ameaçam a coesão do sistema global: "pode esperar-se dos pobres que não só se riam das preocupações

⁸ "There is enough for everyone's need but not enough for everyone's greed".

ambientalistas dos ricos, mas venham, em desespero, a pegar em armas na procura de solução dos seus próprios problemas" (McCartin, 2006: 10).

4. Heresias

Há quase duas décadas, num estudo que por aí anda (Lopes, 1986), lançava eu o desafio para que nos debruçássemos quanto antes sobre as encruzilhadas do nosso desenvolvimento, como eu as via então.

Eram generalizadamente conhecidos e reconhecidos como indiscutíveis

- a existência de grandes desequilíbrios regionais
- o agravamento, no tempo, desses desequilíbrios
- a cumulatividade do processo de desequilíbrio.

E, apesar de escassear a informação directamente utilizável, havia profundas desigualdades na distribuição do rendimento, globalmente, à escala do país e por regiões, estando mesmo suficientemente inventariadas as causas da situação, com raízes na história e no funcionamento da economia, este profundamente desequilibrador.

Dir-se-ia que estavam vencidas as dificuldades para encontrar consenso quanto à natureza dos problemas, sem dúvida problemas do desenvolvimento; e que o consenso se tinha estendido também à necessidade de os enfrentar com atitudes voluntaristas de política que pudessem quebrar a evolução do passado. Simplesmente, ao tentar fazê-lo, a aproximação é normalmente deficiente e inadequada a metodologia; em regra, o problema é transferido para áreas de maior facilidade, nomeadamente áreas onde a quantificação seja sempre possível, escapando-se assim, deliberadamente ou não, à complexidade de que se reveste a questão do desenvolvimento; questão que, independentemente da "encruzilhada" em que nos coloca perante a situação concreta que vivemos, se encontra, mesmo do ponto de vista conceptual, por errónea habituação no seu tratamento, numa verdadeira encruzilhada também (Lopes, 1986: 667-668).

A situação não está significativamente modificada hoje, e não estará mesmo modificada para melhor. Há dilemas que estão longe de resolvidos e até longe de esclarecidos, como vimos antes; há falácias que permanecem, muitas delas sem desmontagem sequer; e há heresias que se vão praticando que, em consequências

práticas, ultrapassam em muito as "heresias económicas" de que se ocupou Joan Robinson.

Aceita-se, no discurso, que a Economia é uma Ciência Social; quase sempre, porém, não se colocam os problemas como aspectos económicos do fenómeno social, que são, mas como se houvesse, isoladamente, fenómenos económicos, quando é certo que, ao procurarmos as causas mais relevantes dos problemas ditos económicos, muito poucas delas serão da Economia propriamente dita. Quando se faz um exercício dessa natureza detecta-se à cabeça como causas principais dos problemas da economia (i) o défice de qualificação dos recursos humanos, (ii) o défice processual da Justiça, (iii) a burocracia, (iv) o centralismo e o peso do Estado. Causas económicas?

- Arvora-se o crescimento como fim, ele que é simplesmente *meio, instrumento*; e para que não se diga que se esquece o desenvolvimento, procura-se, disfarçadamente ou sem disfarces, que seja identificado com crescimento.

- Ignora-se, pelo menos menospreza-se, os ensinamentos mais básicos da metodologia da política, tomando escandalosamente os meios como fins. Não é o Orçamento um instrumento das Finanças Públicas, apenas? Não são as Finanças um instrumento da Economia? Não é a Economia instrumental do Desenvolvimento? Contudo, vem-se privilegiando as questões orçamentais, extremamente sérias, sem dúvida, em detrimento das finanças, cuja sustentabilidade tem de ser assegurada "com défices prudentes e dívida pública contida"; e, sobretudo, em detrimento das preocupações acerca da Economia. Do desenvolvimento quase não se fala, como se pudesse acontecer por *geração espontânea*. Daí as perguntas que são já angustiantes: por onde tem andado a Economia? Quem se preocupa com ela? Por onde anda o Desenvolvimento?

Em Encontro recente ("Semana Social") promovido pela Conferência Episcopal Portuguesa, foi-se significativamente mais longe, defendendo-se a dimensão social como um factor de desenvolvimento; contestando-se mesmo a ideia de que a dimensão social contraria o crescimento e a competitividade, rejeitando-se que sejam apenas os mecanismos do mercado adeterminarem ao mesmo tempo o *útil* e o *justo*. "É tempo de regressar às origens da construção europeia: a competitividade que estimula, a cooperação que reforça, a solidariedade que une. Os europeus precisam de encontrar uma nova síntese entre solidariedade e responsabilidade, entre activos e não activos, entre gerações"

(expressões atribuídas a Jacques Delors, segundo o jornal *Público* de 11/03/2006).

A responsabilidade social foi também tema tratado por Manuela Silva, no mesmo Encontro, designadamente na denúncia da tendência para a concentração do rendimento associada aos altos níveis de remunerações (e de pensões) de gestores públicos, a contrastarem fortemente com a contenção salarial; na denúncia, ainda, de lucros de sectores como a banca, de tal modo avultados que impõem a interrogação sobre *de que falamos quando invocamos a crise económica nacional*; perante o escândalo intolerável do confronto com a pobreza que não se faz por erradicar⁹.

5. Responsabilidades dos economistas?

Deixo Amartya Sen e a sua produção científica sobre o desenvolvimento e recuo no tempo até Gunnar Myrdal, que alguém "convocava" recentemente¹⁰, para agora tentar configurar as responsabilidades do economista.

Os dilemas enunciados, compete à análise económica equacioná-los, mas não é ela sozinha que pode apontar as soluções. A tarefa da teoria económica, nesta perspectiva, é contribuir para alguma maior racionalidade no debate que tenha em conta a escassez dos meios; e isso suscita a serena consideração do que deva ser o papel do economista. A ele pertence, responsavelmente, a explicitação dos valores implícitos nas análises; mas, como nos deixou expresso Myrdal, apenas no caso de serem modestos nos seus pronunciamentos e renunciarem a todas as pretensões de postular leis e normas universais podem os economistas promover eficazmente os objectivos práticos de contribuir para manter racionais e sérios os debates políticos, isto é, para os basear correcta e tão completamente quanto possível no conhecimento dos factos. Relembrando Sedas Nunes, é de uma visão clara, corajosa e franca dos factos que se deve partir, e à dignificação progressiva da pessoa humana que se deve chegar. E, anote-se a insistência, os "valores" devem ser especificados.

Termino, ainda com uma referência "emprestada"¹¹: não são, de facto, os economistas que definem o que é *civilização*; mas, como defendia Keynes, os economistas devem ser "guardiões da possibilidade da sociedade civilizada"; e

⁹ Ainda, *Público* de 11/03/2006.

¹⁰ Vítor Constâncio, na sua Comunicação ao Congresso da Ordem dos Economistas, 2005.

essa responsabilidade, felizmente, nenhum de nós, economistas ou não, mas cidadãos responsáveis, a pode alijar.

Parece, afinal, que temos de olhar para quem elegemos, para o poder político, para legítima e representativamente, mas também com coerência e responsabilmente, apontar a *civilização* que queremos; temos de olhar para quem, responsabilmente, insista-se, defina os valores prevalecentes; porque a Economia, e ainda bem, é apenas instrumental e só se propõe ser ciência "útil". A democracia, o sistema político mais imperfeito, *se todos os outros que de tempos a tempos foram instaurados forem excluídos*¹², a democracia aí está para denunciar e excluir falácias, para resolver dilemas, para condenar heresias; há que reafirmar o primado da democracia sobre a lógica económica (Pimenta, 2006). Nesta encruzilhada do desenvolvimento, só a democracia nos pode valer; e temo-la. Há que torná-la mais efectiva, há que fazê-la funcionar melhor.

Os processos de massificação que a globalização vem estimulando, e a centralização, reduzem a eficácia da democracia. É uma simples "questão de aritmética", como alguém já lembrou (FWR, 2006).

Numa comunidade de 100 membros, cada um terá 1% do poder de governação; com um milhão, caberá a cada um uma proporção dez mil vezes inferior. E se tiver 100 milhões?

Uma comunidade de 100 milhões entrega um enorme poder ao respectivo governo; e, nesse caso, o poder de cada indivíduo terá caído tão dramaticamente que suscita a interrogação sobre onde se "alojou" esse incremento maciço de poder. A teoria persiste em defender que são aqueles milhões que controlam o "centro", o que fica por demonstrar na prática; efectivamente, o "centro" domina largamente o indivíduo.

Há, de facto, que fazer funcionar melhor a democracia, até para que seja mais eficazmente representativa. Há que incentivar a participação, que acontece de forma inversamente proporcional ao aumento da dimensão das comunidades. Mas a melhoria do funcionamento democrático começará sempre por cada um de nós próprios, que devemos também exercê-la melhor.

22 de Março de 2006

¹¹ Ainda Vítor Constâncio, na comunicação referida.

Referências Bibliográficas

- Bauer, Peter (1957), *Economic Analysis and Policy in Underdevelopment Countries*. Durham: Duke UP.
- Campos, Alexandra (2006), "A 'fé' nos Euromilhões", *Público*, 15/01/2006.
- FWR (2006), "The ABC of politics" (Editorial), *Fourth World Review*, 137.
- Hayek, Friedrich (1960), *The Constitution of Liberty*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Kornai, Janos (1985), *Contradictions and Dilemmas*. Cambridge (Mass.): MIT Press.
- Lopes, António Simões (1976), "Sobre as relações de dependência à escala regional", *Cadernos de Análise Regional*, 2, 53-60.
- Lopes, António Simões (1983), "Desenvolvimento regional: o 'estado da arte' em Portugal, ou a política da ausência de política", *Estudos de Economia*, III(3), 231-235.
- Lopes, António Simões (1986), "Encruzilhadas do desenvolvimento", in Raquel Soeiro de Brito (org.), *Estudos de Homenagem a Mariano Feio*. Lisboa, 665-680.
- McCartin, Paul (2006), "Globalization: An Analysis", *Fourth World Review*, 136, 9-11.
- Nunes, Adérito Sedas (1964), "Portugal, sociedade dualista em evolução", *Análise Social*, II(7-8), 407-462.
- Persson, Torsten; Tabellini, Guido (1994), "Is Inequality Harmful for Growth?", *The American Economic Review*, 84, 600-621.
- Pimenta, Carlos (2006), "Aparentamentos sobre o futuro da ciência económica", in António Pontes Romão et al. (orgs.), *Ensaios de Homenagem a António Simões Lopes*. Lisboa: ISEG, 7-27.
- Robinson, Joan (1972), *Economic Heresies*. London: MacMillan.
- Robinson, Joan (1979), *Aspects of Development and Underdevelopment*. Cambridge: Cambridge UP.
- Seers, Dudley (1969), "The Meaning of Development", in *Eleventh World Conference of the Society for International Development*. New Delhi.
- Sen, Amartya Kunnar (1999), *Development as Freedom*. Oxford: Oxford UP.

¹² "Indeed, it has been said that democracy is the worst form of Government except all those other forms that have been tried from time to time" (Winston Churchill, House of Commons, 11/11/1947).

- Silva, Maria Manuela (1969), "O desenvolvimento económico e a política social", *Análise Social*, VII, 475-484
- Stern, Nicholas (1989), "The Economics of Development: A Survey", *The Economic Journal*, 99, 597-685.
- Todaro, Michael (1977), *Economics for a Developing World*. London: Longman.
- Torga, Miguel (1995), *Diário VII*. Coimbra.